



**Francisco Simões**  
Investigador auxiliar do ISCTE

## Autonomia de mão estendida

Os sinais não são encorajadores. Recentemente, na Semana Europeia das Regiões e das Cidades, que decorreu em Bruxelas entre 7 e 10 de outubro, foi levantada a possibilidade de os fundos da coesão passarem a ser administrados centralmente, pela Comissão Europeia. Como é sabido, os rumores em política são, amiúde, plantados, antecipando rumores e posicionamentos das diferentes partes. No entanto, os tempos não auguram nada de positivo sobre a solidariedade europeia. No seu recente relatório, Mario Draghi antecipa, de resto, uma inversão no domínio dos investimentos de caráter descentralizado. Draghi identifica os mecanismos financeiros de apoio às regiões geridos localmente como uma das causas para o baixo investimento da União Europeia. Dispersão, burocracia e ineficiências são todos problemas reconhecidos na atual multiplicidade de quadros financeiros, o que, em grande medida, é demonstrado. Concentrar é, conse-

quentemente, a palavra de ordem, como se fazer o contrário fosse sempre a solução. De resto, no referido relatório a palavra coesão surge mencionada, apenas, três vezes. A matemática, neste caso, é preclara.

Enquanto os sinais da política internacional, num quadro de conflitos e incerteza, são nitidamente adversos à des-

**É preciso reconhecer, em definitivo, que a República já há muito se está marimbando para estas autonomias.**

centralização de poderes e envelopes financeiros, por cá, no quadro nacional e regional, permanecemos algures em meados da década passada, discutindo estatutos administrativos e o sacrossanto aprofundamento da autonomia. Escudados numa comissão eventual – que eventualmente haverá de produzir linhas orientadoras, só não se sabendo

bem quando e como – fingimos um debate intenso. Distrações, apenas, porque a realidade é bem mais dura.

Este fim de semana confirmou que as autonomias não vão no bom caminho. Num ensaio de total indigência institucional, as transferências para as regiões autónomas no âmbito do orçamento de Estado foram reduzidas a um exercício de mão estendida num congresso partidário, ao invés de uma negociação séria, de alto nível, com os atores assumindo os seus papéis. E foi realmente doloroso ver as câmaras televisivas seguirem os nossos representantes, desdobrando-se em perseguições ao primeiro-ministro e ao ministro das Finanças, ora batendo-lhes no ombro, ora desdobrando argumentos rápidos como crianças que pedem atenção, enquanto caminham pelo meio da multidão de congressistas.

É preciso reconhecer, em definitivo, que a República já há muito se está marimbando para estas autonomias. E assim prosseguirá se os atores que zelam

pelos nossos interesses se prestam a mendigar mais uns milhões diante do país a troco de votos favoráveis no orçamento – para mais numa altura em que semelhante pressão perdeu sentido. De uma vez por todas, é preciso mais coragem, sentido institucional e *timing*. A prova disso mesmo é que se não tivesse o secretário regional das Finanças assumido publicamente as dívidas do furacão Lorenzo, no início de setembro, perante os jornalistas, contra o governo nacional da sua própria cor política, com a gravidade que o assunto merecia e produzindo os ecos desejados na imprensa nacional, em momento de negociação orçamental, o assunto permanecia por resolver. Não fosse assim e outras instâncias, como bem sabemos, fariam prevalecer o apelo à força da razão em vez da razão da força, o que em política e para o comum dos cidadãos significa nada fazer. É tanta, aliás, a inação que chego a ter saudades de João Jardim. E isso é o pior que se pode querer para o aprofundamento das autonomias. ■